

Psicanálise e racismo: qual é a cor do outro?

Marco Aurélio Crespo Albuquerque¹

Resumo: O autor aborda o fenômeno universal e onipresente do racismo, usando para isso as ferramentas da psicanálise, que ajudam a compreender os aspectos inconscientes daqueles que, presos aos grilhões do narcisismo e da destrutividade, são incapazes de conviver com a alteridade, com a existência do outro e do diferente, independentemente de que cor ele tenha. O outro, temido ou odiado, torna-se o outro a ser atacado e segregado, não por pautas socialmente ou estruturalmente determinadas, mas por pautas inconscientes estruturadas em relações de objeto narcisistas destrutivas e onipotentes, que dificultam ou impedem a convivência de Narciso com aquilo que não é espelho.

Palavras-chave: Alteridade. Experiência emocional. Narcisismo. Racismo. Relações objetais.

Introdução

O racismo é um fato histórico, entranhado na história da humanidade há centenas de milhares de anos. O primeiro fenômeno racista de que temos conhecimento veio dos estudos que mostram como os dois grupos principais de hominídeos da época, Neandertais e Homo Sapiens, conviveram por algum período de tempo, talvez por cerca de 50 mil anos, e nesse período de existência conjunta tiveram disputas nada pacíficas. Portanto, há cerca de 100 mil anos ou mais, raças diferentes de hominídeos lutaram pela supremacia da espécie e pelo domínio de territórios, com a vitória dos Sapiens, como já sabemos.

¹ Médico, Psiquiatra e Psicanalista; Psiquiatra do Serviço de Saúde Comunitária do Grupo Hospitalar Conceição (GHC), Professor Convidado das Residências de Medicina de Família e Comunidade e de Psiquiatria do Hospital Nossa Senhora da Conceição; Membro Efetivo e Psicanalista Didata da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre, da FEBRAPSI e Membro Associado da International Psychoanalytical Association (IPA).

Mais recentemente, no século XX, aconteceu uma das experiências racistas mais destrutivas já conhecidas na história, o nazismo, alimentada pela falácia da supremacia da raça ariana perante as demais. Depois dele já ocorreram outros genocídios e “limpezas étnicas”, a mais recente sendo a da Guerra da Bósnia, nos anos 90.

O Brasil é um país multirracial e vivencia o fenômeno do racismo como qualquer outra nação com essa característica. Como psicanalistas temos a possibilidade de um olhar diferenciado, com a visão de mundo da psicanálise, sobre esse tema do nosso cotidiano

Rasmussen e Salhani (2010) dizem que

A ideia de uma sociedade pós-racial é uma ilusão. O racismo é um problema social e psicológico extraordinariamente tenaz que, tanto nas formas históricas como contemporâneas, manifesta uma teia de destrutividade que se estende a todos os alcances da sociedade. Ele está inserido em instituições sociais como educação, emprego, moradia, imigração, saúde, política, mídia e justiça criminal. Nenhuma estrutura social ou domínio de ação e interação social está livre de racismo ou impermeável a seus efeitos insidiosos. (p. 491)

Esses autores concordam com a opinião dominante de que a raça não tem nenhum status ontológico (natural ou objetivo) e que a diferenciação da família humana em categorias classificadas por formas de características fenotípicas superiores ou inferiores é falsa, não existem tais distinções na realidade. Além disso, utilizar o conceito de raça, como é feito no uso cotidiano, não lhe confere uma realidade e legitimidade. Mas os autores reafirmam a natureza destrutiva do problema, sua origem psicológica, bem como sua infiltração nos mais diversos substratos da sociedade.

Pode haver racistas e racismo sem raça? A posição dos estudos atuais é a de que o racismo, em seus fundamentos, é uma ideologia, que consiste em um ou mais dos seguintes tópicos: 1) uma prática que naturaliza as identidades humanas com base em categorias ou conceitos raciais; 2) uma ação social que produz uma alocação injusta de recursos socialmente valorizados, baseada em tais significados; 3) uma estrutura social que reproduz tais alocações; 4) o racismo envolve estruturas mentais e processos psicodinâmicos que operam tanto no perpetrador de tais ações sociais quanto na vítima.

Apesar das diferentes formas assumidas pelo racismo, ele se constitui num problema humano ancestral, universal e permanente, atravessando diferentes épocas, continentes, culturas e ideologias, para além da cor da pele. De acordo com Miller e Garran (2008), ele existe simultaneamente, e de forma não excludente, em categorias intrapsíquicas, interp-síquicas, interpessoais, institucionais e socioestruturais.

Portanto, racismo não diz respeito apenas à segregação por diferenças de cor entre as pessoas, é um fenômeno bem mais amplo e com raízes inconscientes profundas, extrapolando as causas sociais. Para sermos historicamente mais precisos, seria melhor falarmos de *racismos*, no plural, e o núcleo ideológico que alimenta cada um deles, uma ideia de superioridade arrogante, que faz com que algumas pessoas se sintam superiores e melhores do que outras, por critérios genéticos, de cor de pele, intelectuais, religiosos, políticos ou econômicos. Essa descrição, de uma superioridade arrogante que não suporta a alteridade, remete à compreensão psicanalítica do narcisismo, mais particularmente, um narcisismo onipotente e destrutivo, que será descrito mais adiante.

Embora outros campos das ciências humanas, tais como antropologia, sociologia, economia, etc., forneçam ferramentas úteis para o exame dos processos ligados às formas de racismo na sociedade, aqui serão usadas as ferramentas próprias da psicanálise, tanto as da análise individual quanto a psicanálise aplicada aos fenômenos sociais.

O papel da psicanálise na compreensão do racismo como fenômeno individual e social

É impossível desconectar a psicanálise de uma análise dos fenômenos grupais e sociais inconscientes, desde a estruturação familiar, primeiro núcleo social a influenciar a expressão das pulsões e as relações de objeto, que vão tomando forma a partir da interação com os objetos primários, que irão formar a estrutura psíquica de cada um. Mais tarde, serão os diferentes grupos dos quais participamos, escolas, clubes, sociedades, redes sociais, que influenciarão padrões de pensamento e comportamento, a maioria deles inconscientes, como Freud bem descreveu no seu trabalho sobre a psicologia de grupo, e Bion em seus trabalhos sobre grupos e o funcionamento mental primitivo de vários deles.

E de que forma a psicanálise poderia ser aplicada e contribuir para uma discussão de tais fenômenos? A própria International Psychoanalytical Association (IPA) sustenta que a quarta aplicação da psicanálise é como forma de ver os fenômenos culturais e sociais, como literatura, arte, cinema, apresentações, política e grupos, mas não em seus aspectos externos e conscientes, e sim no conhecimento e na investigação acerca do funcionamento inconsciente dos diferentes grupos humanos. Hanna Segal (1998) afirma que:

Geralmente se aceita que a psicanálise fale com autoridade só de psicologia individual e de seu trabalho na sala de consultas. Fenômenos sociopolíticos deveriam ser reservados, portanto, a especialistas de outras áreas, economistas, sociólogos, políticos e até, na guerra, a generais. Defendo, porém, que a psicanálise tem no seu

campo inúmeros aspectos da mente humana e de suas atividades, e que, portanto, a exploração dos aspectos sociais é uma área legítima de investigação psicanalítica. (p. 167)

No mesmo trabalho, ela acrescenta um tópico que remete aos fenômenos destrutivos, de maneira geral:

Além disso, penso que a psicanálise pode oferecer uma contribuição especial ao entendimento desses fenômenos, especialmente devido à nossa experiência a respeito do conflito entre as atitudes construtivas e as destrutivas, no indivíduo, que nos qualifica a lançar alguma luz sobre forças destrutivas com que temos de lidar socialmente. (Segal, 1998, p. 167)

Segal convoca os psicanalistas a compartilhar a compreensão da dimensão ética e social, no sentido de prevenir perigos, no campo social, que possam tornar a existência humana mais sofrida:

Penso que a neutralidade psicanalítica não pode ser confundida com uma neutralidade ética... a tarefa do analista é tentar compreender e avaliar a situação, e comunicar essa compreensão a outros... Pode-se apenas lutar pela compreensão dos fatores que produzem certas situações, e nós somos habilitados, e na verdade eticamente orientados, a tornar conhecidos nossos pontos de vista sobre os perigos que prevemos. (Segal, 1998, p. 177)

Segal não exclui, em momento algum, a importância de dominar conhecimentos de outras áreas das ciências humanas, mas ela fala de uma responsabilidade que, primeiro, origina-se de *uma compreensão psicanalítica profunda dos processos mentais primitivos, tanto os criativos quanto os destrutivos*, estes últimos sendo os que podem originar uma mente fundamentalista, fanática, como a mente racista.

Esse tipo de funcionamento mental, individual e social, destrutivo e disseminado na sociedade, teve seu pico no nazismo, mas a pergunta fundamental é se esse foi uma exceção na história da humanidade, uma falha na repressão dos elementos primitivos da mente ou se apenas revelou uma tendência social à regressão e à destruição, presente até hoje no cotidiano da sociedade moderna, no sentido de segregar e eliminar grupos ou raças, consideradas inferiores, como judeus e negros. Freud concordaria com essa última hipótese, porque considerava que o funcionamento dos grupos era sempre no sentido da regressão a um nível primitivo de funcionamento.

Varvin (1995) diz que, como psicanalistas, costumamos nos encontrar com as vítimas (pois são elas que buscam ajuda) e percebemos seu sofrimento, mas

também nos encontramos com os perpetradores através do que fazem às vítimas, e então nos perguntamos como é que uma sociedade permite comportamentos regressivos assim? Ele afirma que não podemos simplesmente ficar observando essas coisas acontecerem, que precisamos investigar as raízes inconscientes do fenômeno para entender as forças sociodinâmicas que o produzem. Acrescentaríamos que também precisamos incluir nessa investigação as forças psicodinâmicas, do contrário ficaremos tentados a nos apegarmos a explicações de nível apenas consciente, vindas de outros campos do conhecimento, corretas ou não, mas incompletas.

Esse autor se refere a um fato bem conhecido do funcionamento grupal, de que os grupos regredem, mais ainda sob estresse (pessoal ou social), e que encontrar um bode expiatório, aquele tido como o “diferente” (pessoa ou grupo), costuma ser visto como uma solução nesse processo. Um membro, ou um grupo, por sua cor, sexo, gênero, nacionalidade, ideias ou comportamento, é visto como a causa do problema da organização ou da sociedade, e a maioria terá a ilusão de que a segregação ou a eliminação resolverá o problema. Isso pressupõe um tipo especial de pensamento, que se caracteriza por uma certa incapacidade de diferenciar o concreto do simbólico. Em outras palavras, um pensamento fortemente baseado nos processos primários.

Via de regra, é esse pensamento, ou essa lógica irracional, que governa o grupo, e não o contrário. Em *Psicologia de grupo e análise do ego*, Freud (1969) descreve como os membros abrem mão do controle do superego e o delegam ao líder. O pensamento e o controle são abandonados e a pessoa é guiada pelo “mestre” ou pelo líder carismático. Essa é uma tendência comum em grupos e, portanto, comum aos seres humanos.

Uma visão psicanalítica do racismo estrutural

O termo “racismo estrutural” não é um conceito psicanalítico, mas merece ser analisado com as ferramentas de análise social da própria psicanálise, como sugere Hanna Segal, para compreendermos sua origem e os desdobramentos que seu uso acarreta.

Silvio Almeida (2019) diz que o racismo estrutural pode ser definido como um sistema no qual políticas públicas, práticas institucionais, e outras normas, funcionam muitas vezes reforçando-se mutuamente, para reproduzir e perpetuar a desigualdade entre os grupos raciais, associando dimensões da história e da cultura que permitem privilégios associados à cor branca e desvantagens associadas à cor negra. Afirma ainda que o racismo estrutural não é algo que poucas pessoas ou instituições pratiquem, mas uma

característica inerente aos sistemas sociais, econômicos e políticos em que todos nós existimos.

Ele diz, com acerto, que

pensar o racismo como parte da estrutura social, não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um alibi para racistas. Pelo contrário: entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas. (Almeida, 2019, p. 47)

Psicanaliticamente falando, é preciso pensar o racismo como parte de uma estrutura mental inconsciente, tanto individual quanto grupal, ligada a lutas e conflitos internos, inclusive entre as pulsões de vida e de morte, e as expressões dessa última nos fenômenos nos quais predomina a destrutividade, dentre eles o rechaço arrogante à alteridade, seja de um indivíduo, seja de um grupo. Isso porque a nós não deveriam interessar acusações ou alibis, mas a compreensão de fenômenos mentais complexos, que geram comportamentos, individuais e sociais, de tipo criativos ou destrutivos.

Para Almeida (2019), há três concepções do racismo: o racismo individual, que trata o racismo como uma atitude do indivíduo que pode ter um problema psicológico, comportamental; o racismo institucional, que considera o racismo apenas o resultado de um mau funcionamento das instituições; e por fim o racismo estrutural, que tem o racismo como normalidade, funcionando tanto como uma ideologia quanto como uma prática de naturalização da desigualdade.

Pensamos que o racismo individual seria melhor compreendido não como um problema psicológico de um determinado indivíduo, mas como *uma constelação mental de impulsos, defesas, afetos e modalidades de relações de objeto comuns a todos os indivíduos*. O fato de termos em nós todos os elementos potenciais para não tolerar os diferentes, e assim sermos *potencialmente* racistas, não nos torna *estruturalmente racistas*. A ameaça de um racismo inconsciente sempre nos acompanhará, mas se nossa estrutura psíquica não for de tipo fundamentalista, é pouco provável que sejamos estruturalmente racistas.

Por outro lado, é preciso enfrentar psicanaliticamente a questão das desigualdades, fonte de desconforto desde a primeira infância. Elas são, gostemos ou não, um fato *natural*. Apenas o tipo e o contexto das desigualdades dirão se elas são boas ou ruins. Tomemos a desigualdade natural entre pais e filhos como um exemplo simples dessa afirmação, presente desde a descrição freudiana do complexo de Édipo, quando a criança acabará por perceber e admitir (ou negar) que o pai e a mãe sabem coisas que ela não sabe, e podem fazer coisas que

ela não pode, têm atributos adultos e sexuais que ela ainda não possui. Negar tais desigualdades, psicanaliticamente falando, é negar o próprio Édipo e as diferenças sexuais entre adultos e crianças, uma característica que encontramos e reconhecemos nos pedófilos, e nas perversões em geral.

Como são um fato no sentido natural, isto é, pertencentes à natureza, as desigualdades sempre existirão, não são elas o problema principal. A narrativa igualitarista, de fabricar uma igualdade utópica por obra do discurso, apresenta-nos uma solução falaciosa, já que difícil mesmo é conviver com os diferentes, pois isso exige amadurecimento emocional e um sofrido abandono dos nossos aspectos narcisistas.

Almeida (2019) afirma ainda que o racismo não é um ato ou um conjunto de atos, ou um fenômeno restrito às práticas institucionais, mas um processo histórico e político em que as condições de subalternidade mostram de forma clara as classes subalternas, sendo a parte da sociedade que é submetida às margens pela classe dominante/hegemônica, encontrando-se nas mãos da exploração e da opressão constantes.

Ao falar do processo histórico e político, dos sistemas sociais onde vivemos as segregações, e de duas classes opostas em conflito, o autor faz uma associação direta entre racismo e luta de classes, pilar do pensamento marxista clássico, em que brancos representariam a elite opressora e negros representariam os proletários oprimidos.

Essa ideia tem sua coerência, porque “racismo estrutural” é um conceito oriundo da teoria social, de um campo ideológico específico, chamado pelos críticos de “marxismo cultural”. Para esses críticos, os socialistas modernos, em sua maioria, abandonaram o discurso econômico da luta de classes, a qual envolvia uma suposta luta permanente entre as classes capitalistas e proletárias. Agora as “classes oprimidas”, além do proletariado, incluem os negros, as mulheres, os grupos LGBTQIA+, os imigrantes, e todos aqueles que a cultura hegemônica supostamente teria alguma razão para discriminar. Essas categorias passaram a integrar o discurso do campo ideológico da esquerda, oferecendo uma nova base ideológica para a luta de classes em vários fronts diferentes.

A criação dessa nova roupagem para a luta de classes nada mais é que a extensão natural do conceito proposto por Gramsci, a revolução não mais feita pelas armas, com violência e derramamento de sangue, mas pela tomada gradual e progressiva das instituições, de todos os tipos, inclusive as associações profissionais. Essa nova forma da revolução segue se valendo das promessas de um mundo melhor, mais justo e mais igualitário que, no entanto, nada tem a ver com a liberdade, ou a justiça social, ou com um suposto progresso cultural, que leve ao abandono de atitudes discriminatórias contra pessoas, cores, gêneros,

etc. Ao contrário, tem mais a ver com a disseminação e a cristalização de um pensamento maniqueísta, do tipo politicamente correto, baseado na segregação e na hostilização de quem pensa diferente. Dessa maneira, qualquer pensamento que possa ser considerado ofensivo ou excludente, deve ser denunciado, “cancelado” ou criminalizado por ser um “pecado social”, carregado de “culpa social” ao pertencer a uma hipotética elite, favorecida por sua posição de classe, cor, sexo, etc.

Por detrás de um valor inquestionável nas democracias, *o respeito a todas as diferenças de pensamento*, encontramos sutilmente oculta a tentativa de transformar todos em iguais. Um dos exemplos da imposição forçada do pensamento único na vida moderna, se expressa no fenômeno do “politicamente correto” e na “cultura do cancelamento”, hoje onipresentes nas redes sociais, caracterizado quando um sujeito posta algo que alguém considere ofensivo aos novos grupos de “oprimidos”. Desse dia em diante o crítico é hostilizado, segregado, banido das redes e, eventualmente, pode ter contratos profissionais cancelados ou ser demitido de seu emprego. Em essência, essa prática não é nova, já foi executada com maestria por Stalin, outro grande genocida do século XX. Ele não desejava suprimir uma raça específica, mas toda uma “raça de ideias”, consideradas contrarrevolucionárias.

Essa cultura da luta de classes no campo das ideias é o núcleo do pensamento politicamente correto, que insiste no confronto entre os diferentes, ao invés de fomentar a compreensão, tolerância e aceitação da alteridade, buscando formas civilizadas de convivência fraterna. O respeito à diversidade, embora faça parte importante da narrativa politicamente correta, esconde a busca de um pensamento uniforme, fenômeno já assimilado por muitos, de forma inconsciente, de tal maneira que agora todos têm que cuidar o uso das palavras e o tom de voz, para não serem acusados de racistas, sexistas, machistas, fascistas, comunistas e outros termos do mesmo teor.

A crítica a esse tipo de pensamento pode parecer exagerada, mas vejamos se é mesmo. A revista on-line *Veja SP* (Rosset, 2013) noticiou que 27 episódios do desenho animado *Tom & Jerry*, um clássico inocente que nos faz rir desde a década de 60, foram retirados da grade de programação da TV a cabo por “fazerem a apologia da violência”. Não somos nós que temos a pulsão de morte, a agressividade e a destrutividade internas, o gato Tom e o ratinho Jerry é que as colocam dentro de nós? Por que entender as pulsões em nossa “grade” interna, se podemos eliminá-las? A equação simbólica vence o símbolo, o pensamento concreto triunfa sobre a subjetividade.

Essa breve análise do racismo estrutural, realizada com a necessária discriminação do pertencimento a campos diferentes de pensamento e

conhecimento, parece-nos importante para que a psicanálise se mantenha, como sempre foi, uma ferramenta independente, de análise do indivíduo e da sociedade, sem se deixar cooptar de forma utilitarista como ferramenta ideológica, deixando de ser uma *psicanálise aplicada* (que é também sua função) para se transformar numa *psicanálise engajada* (que pode ser também sua perversão). No sentido que o termo “engajada”, ou outros similares, é utilizado, significa também uma psicanálise “comprometida”, uma palavra de duplo sentido, que pode representar aquela que assume um compromisso consciente e empático com as causas dos menos favorecidos da humanidade, baseado nos mecanismos de reparação, mas também pode significar que seu *modus operandi*, baseado na compreensão dos mecanismos inconscientes, foi comprometido, isto é, contaminado e prejudicado, permanecendo nos mares rasos e calmos das ideologias e das explicações conscientes, buscando mais retaliação do que reparação, no sentido kleiniano do termo.

Deixando o racismo estrutural a cargo dos cientistas sociais, consideramos que o racismo inconsciente, o nosso próprio ou o alheio, esse sim é um fenômeno específico do campo da psicanálise, e nela pode encontrar uma teorização que dê conta de suas origens e apresentações, e assim promover a compreensão e uma maior aceitação da alteridade.

A mente primitiva, o desenvolvimento emocional e a psicologia do racismo

Rasmussen e Salhani (2010) ainda dizem que “. . . estas teorias se baseiam em grande parte sobre estruturas cognitivas, que têm aspectos conscientes e inconscientes” (pp. 494-495). Por isso, não levar em conta as raízes psíquicas das práticas racistas não nos ajuda a dar conta com precisão nem da dor, nem dos danos que elas causam às suas vítimas. É preciso encontrar uma estrutura teórica que nos ajude a dar sentido à irracionalidade do racismo, à paixão com que alguns se agarram a ele e ao pensamento paranoico e psicótico que ele pode engendrar. As explicações sociológicas isoladas falham em abordar a intensidade e a onipresença do ódio destrutivo aos outros.

De acordo com Tyson (1993), existem muitas teorias do desenvolvimento emocional, abrangendo as características inatas, vivências, a psicosssexualidade, as relações de objeto, o afeto e a cognição, formação do superego, questões da formação do gênero e do ego. Todas elas nos ajudam a compreender a complexidade e a diversidade de vias, ao longo desse processo desenvolvimental, que podem resultar num funcionamento mental maduro, empático e tolerante, ou imaturo, segregacionista e intolerante.

A perspectiva desenvolvimental inclui não só uma investigação dos conflitos internos e da neurose infantil, mas também leva em consideração a origem e o desenvolvimento das estruturas psíquicas que contribuem para a adaptação, bem como aquelas que entram em conflito ou se encontram ao longo de seu curso. Nesse sentido, a perspectiva do desenvolvimento enfoca o processo de formação da estrutura psíquica, um processo caracterizado por mudanças e plasticidade, que envolve uma integração e organização de componentes biológicos, comportamentais e psicológicos.

A interação com outros, em combinação com influências maturacionais, experiências individuais e necessidades, urgências, desejos e sentimentos internos levam à formação de uma organização estável de estruturas psíquicas que caracterizam a personalidade única de cada ser humano.

Elementos inatos e das primeiras vivências se combinam para formar uma organização subjacente estável dessas estruturas, a partir da interação recíproca mãe-bebê, que levam este a formar um mundo interno, capaz de guardar representações mentais de si mesmo e dos outros, bem como das relações de objeto assim formadas, pela via das incorporações, introjeções e identificações.

A diferença entre ambos, mãe e bebê, primeira experiência real de alteridade, faz com que os funcionamentos psíquicos diferentes tenham um impacto no desenvolvimento, através de níveis evolutivos cada vez mais altos de organização e de estruturação. Os conflitos surgidos nas relações também têm papel importante na formação das estruturas psíquicas, de forma que eles não estão implicados apenas nas patologias, mas são onipresentes e inevitáveis. As nossas tentativas de lidar com eles são os fatores que estimulam a sofisticação do funcionamento psíquico, gerando soluções mais equilibradas, tanto autoplásticas (internas) quanto aloplásticas (externas), resultando numa adaptação mais integrada e equilibrada.

Quando isso não acontece, a estruturação psíquica se mantém num nível inferior de desenvolvimento, tanto de organização quanto de estruturação, com maior dificuldade na negociação dos conflitos, que serão mais intensos e concretos, exigindo apenas soluções aloplásticas, isto é, a remoção do problema pela negação mágica, cisão e externalização, via identificação projetiva, ou a pura e simples segregação e eliminação do outro, causador do problema, por vias mentais ou até mesmo físicas.

Se o processo desenvolvimental correr bem, ao longo do tempo o sentido que o bebê tem de si mesmo e do outro torna-se mais estável e duradouro, à medida que produz representações mentais de si próprio e dos demais, o que por sua vez favorece um aumento no senso de individualidade e de percepção – e aceitação – da alteridade.

Outras bases do desenvolvimento têm raízes mais problemáticas, em falhas significativas do desenvolvimento emocional, que as impede de sair de uma posição narcisista e destrutiva, constelação muito bem descrita por Rosenfeld (1988), quando fala do narcisismo maligno destrutivo, e sua intolerância à percepção não só da dependência ao outro, mas à existência separada do outro.

Isso nos remete à questão da alteridade, a qualidade ou o estado do que é outro ou do que é diferente, um conceito mais do campo da filosofia do que da psicanálise, que fala das diferenças entre o Eu e o Outro, mas que nos ajuda a compreender alguns aspectos amorosos ou hostis das relações de objeto, e o interjogo que se dá entre as esferas psíquicas, as da realidade e as das relações interpessoais. Negando ou desprezando a alteridade, o sujeito pode criar defesas contra perceber a outra pessoa como complexa, real e diferente dele mesmo, não só por questões de cor ou de raça, mas por qualquer elemento que remeta à percepção das diferenças.

Diz Minerbo (2013) que há pessoas que não conhecem o sentimento de preocupação com o objeto. Outras não concebem a complexidade do objeto. Outras, ainda, não concebem a alteridade, levando a personalidade a se organizar de modo não neurótico, cujas características são: a) distúrbio na constituição do narcisismo – falha das funções egoicas e self constituído por identificações cindidas; b) defesas arcaicas – cisão, idealização, negação e identificação projetiva; c) objeto parcial e cindido – impossibilidade de conceber o objeto total, sua alteridade e completa autonomia; d) falhas na simbolização e tendência à atuação; e) angústia de intrusão e separação – necessidade de se colar ao objeto primário, usado como apoio; f) impossibilidade de aceitar o terceiro objeto e tentativa de preservar a relação em termos estritamente duais; g) predomínio da pulsão agressiva sobre a libidinal, causada pela ameaça constante ao narcisismo.

Para modificar os estados de mente que desembocam nos diversos tipos de racismos, é preciso antes conhecer os aspectos inconscientes e o funcionamento mental daqueles que são incapazes de conviver com a alteridade, com a existência do outro e do diferente, independentemente de que cor ele tenha ou que credo professe.

Quando não há essa compreensão, o outro, desprezado, temido ou odiado, torna-se o outro a ser rotulado, atacado e segregado, mas não apenas por pautas estruturalmente supra determinadas, mas por pautas inconscientes, muitas vezes de natureza narcisista destrutiva, que dificultam ou impedem a convivência de Narciso com os espelhos que não refletem seu status social, seu credo ou sua própria cor, seja ela qual for.

Não é possível compreender essa classe de fenômenos sem a compreensão do desenvolvimento emocional primitivo. Como vimos acima, as teorias sobre

esse desenvolvimento variam entre diversos autores, mas seu conjunto de características, de acordo com Costa (2010), compreende a vigência de estados de não integração ou fragmentação, de indiferenciação, de pré-simbolismo, não existindo separação entre interno e externo, entre o eu e o outro e estando o self e o objeto fusionados. Ressalta-se ainda o predomínio do princípio do prazer-desprazer, do processo primário, da onipotência, da tendência primitiva à identificação primária, do funcionamento pré-lógico, pré-subjetivo e esquizoparanoide, com o uso de defesas primitivas, como a cisão e a identificação projetiva.

Todos nós temos esses resquícios do funcionamento mental primitivo, porém o desenvolvimento neurocognitivo, psíquico e emocional nos confere diferentes maneiras de lidar com eles. O equilíbrio dinâmico entre os fatores hereditários, ambientais e traumáticos – a equação etiológica das neuroses – nos diz que, com boas condições internas e externas, temos a possibilidade de evoluir de estados mentais menos integrados para estados mais integrados da mente, onde a dependência e a convivência com um outro, que é separado e diferente, não é temida ou atacada, mas sentida como necessária e enriquecedora.

No entanto, em muitas pessoas, talvez nos racistas em especial, observamos a persistência de um estado mental regido pelo desprezo às diferenças, negação da dependência de um objeto externo, amor patológico a si mesmo e às próprias ideias e representações, e um ódio às vezes vingativo e destrutivo contra o outro, apenas porque é “diferente” e frustrante, como, por exemplo, a mãe, que é o primeiro objeto “diferente” do self, e assim pode ser internalizada como boa e tranquilizadora, ou como ameaçadora e persecutória.

Ogden (1989) faz uma releitura da posição esquizoparanoide como uma das formas humanas de produzir experiências, baseada nas defesas mais primitivas, especialmente a dissociação e a identificação projetiva, para lidar com a dor mental, produzindo uma percepção fracionada e parcial do objeto e da realidade, por ser intolerável amar e odiar o mesmo objeto. Esse problema é resolvido pela cisão esquizoparanoide, tipo “o branco é bom e o negro ruim” (ou vice-versa), solução que, além de falsa, jamais é duradoura, porque o “ruim” pode se voltar, de forma vingativa, contra o “bom” a qualquer momento.

Como percepção e interpretação são consideradas a mesma coisa, o sujeito acredita que sua narrativa é verdadeira apenas por acreditar nela. Essa narrativa pode ser a de pertencer a uma raça superior, a uma casta ou sociedade moral ou socialmente superior, ser detentor da verdade, e assim por diante.

Abrir mão dessa narrativa onipotente é mergulhar na incerteza e na ambivalência, dois aspectos intoleráveis para o bebê, e para muitos adultos, que precisam de um mundo em preto e branco, bidimensionalmente dividido e

controlável. A ideia de que há sempre uma luta entre duas raças em oposição, de duas classes sociais em oposição, de dois sistemas econômicos em oposição, atende a essa fantasia tranquilizadora, da fase diádica, evitando assim as nuances e complexidades da vida sob a égide triádica do Édipo, que introduz o indivíduo a um mundo de objetos tridimensionais.

Cria-se uma neorrealidade, onde o objeto é gratificante e frustrante ao mesmo tempo, e essa ambivalência intolerável é resolvida pela cisão. Na vida mental do bebê, cria-se um objeto idealizado, todo bom e gratificante, separado do mau objeto, considerado mau porque traz frustrações. Esse funcionamento infantil, quando persiste sem modificações, dá lugar, na vida adulta, às ideias de uma raça ou casta social superior, moral ou economicamente, mas também às ideologias que prometem realizar a fantasia de uma sociedade idealizada, que seja igualitária, boa e perfeita, em contraponto a um outro sistema, desigual e injusto, frustrante por natureza, impossível de ser idealizado. Porém, ao contrário do que afirma aquele slogan utópico, *um outro mundo não é possível*, precisaremos sempre lidar com a incompletude e as incertezas deste mundo, fora de nosso controle onipotente, além do princípio do prazer.

Um das formas mais ameaçadoras assumidas pelos objetos, para os mais narcisistas, é justamente essa, serem fora de seu controle, pois através deles chega a percepção da incompletude, da dependência e da necessidade, negadas de forma onipotente. O bebê onipotente acredita ou que criou a mãe ou que a controla de acordo com suas necessidades. Essa ilusão é importante no início da vida, mas só lá, depois deve dar lugar à realidade, em que a mãe tem existência própria e o bebê depende dela, e que isso é bom, e não ruim.

O mecanismo de defesa da dissociação, por sua vez, produz calma e tranquilidade, tudo fica mais seguro separando o ameaçado do ameaçador. Cria-se uma luta onde é preciso separar o objeto idealizado de um perseguidor que tenta destruir esse objeto, e essa pauta interna é atuada na vida real. Todas as defesas no modo esquizoparanoide são derivadas desse princípio (por exemplo a projeção, e suas variações, inclusive a identificação projetiva). Por isso, para os ativistas das causas, é preciso acreditar e fomentar a ideia de uma “luta” contínua, sem tréguas, e não uma cooperação entre as partes. Para eles, assim como para a “gangue narcisista” descrita por Rosenfeld (1988), a cooperação é considerada uma fraqueza e a luta uma força transformadora.

Uma maneira de compreender melhor esse movimento psíquico é pensarmos justamente no papel do narcisismo, especialmente aquele do tipo destrutivo, como aquele descrito por Rosenfeld (1988), e nas dificuldades causadas pela presença do outro na constituição e estruturação do psiquismo, na intolerância causada pelas frustrações e pela dor mental implicada no processo de dependência,

de ter as necessidades atendidas por alguém que habita e representa a realidade externa. Que representa, quem sabe, uma outra “raça”.

As premissas narcisistas dizem que a autossuficiência onipotente é a regra, e a dependência um problema que causa uma dor insuportável em alguns, portadores de um narcisismo patológico, para os quais o objeto é uma prova que a realidade lhe apresenta de não poder existir sozinho, de não se bastar. E de não ser a única espécie ou raça dominante sobre a Terra, como sonhava Hitler, um dos maiores ícones do narcisismo destrutivo.

Essa mesma premissa pode ser encontrada nas mentes racistas, nas quais o ódio é projetado no outro, um sujeito percebido como malvado apenas por ser diferente, para que se torne o continente de aspectos intoleráveis projetados nele, aqueles aspectos “diferentes” e insuportáveis do próprio self, que são projetados e externalizados, por identificação projetiva, e passam então a ser considerados alienígenas, podendo ser desprezados e atacados sem culpa.

Considerações finais

Do ponto de vista da psicanálise, quantas cores tem o outro? Qual é mesmo a cor do outro? É fundamental uma tomada de consciência sobre o problema do racismo, mas insuficiente, se quisermos chegar a uma “tomada de consciência”, no sentido psicanalítico, de melhor conhecer nossos aspectos inconscientes, como se expressam nos indivíduos, nos grupos e na sociedade, para produzir esse tipo de pensamento e comportamento daninho. Pois, se compreendermos os mecanismos inconscientes envolvidos no funcionamento de um racismo estruturado internamente, em nossa mente ou na dos outros, chegaremos à conclusão de que o problema nunca é ou será apenas *a cor do outro*, ou sua religião, seu status social ou sua ideologia, mas *o outro propriamente dito*, enquanto representante dos diferentes, e da própria realidade, castradora da onipotência infantil. Isso sim nos permitirá sermos antirracistas por reparação, característica da posição depressiva, e não por retaliação, característica da posição esquizoparanoide.

É importante compreendermos, em nós mesmos, em nossos pacientes, instituições e na sociedade como um todo, a existência de uma outra *estrutura*, de natureza interna e inconsciente, que pode criar um estado mental intolerante e discriminador, que vai da dificuldade de aceitação do outro tido como diferente, até uma recusa radical à alteridade, seja contra negros, mulheres, portadores de diferenças de gêneros, mais jovens ou mais velhos, da etnia A ou da religião B, da classe social C ou D, e assim por diante.

Como psicanalistas, precisamos ser mais precisos e específicos nessa questão, para não cairmos no deslize fácil de um ativismo de base ideológica, antropológica

ou sociológica, ao invés de uma compreensão psicanalítica mais ampla e mais inclusiva.

O racismo é um fenômeno ancestral e jamais acabará por completo, pelo menos não enquanto for a representação e a expressão de um estado mental primitivo e destrutivo. Na sociedade devemos combater, pessoal e institucionalmente, o racismo e todas as formas de segregacionismo, mas é só na sala de análise, começando pela nossa própria análise pessoal, que teremos a possibilidade de lidar com os elementos que o criam e o reproduzem. Aí sim, para nós e nossos pacientes, um outro mundo – interno – será possível.

Psychoanalysis and racism: what is the color of the other?

Abstract: The author addresses the universal and omnipresent phenomenon of racism, using the tools of psychoanalysis for this purpose, which help to understand the unconscious aspects of those who, trapped in the shackles of narcissism and destructiveness, are incapable of living with otherness, with the existence of the other and of what is different, no matter what colour he or she has. The other, feared or hated, becomes the other to be attacked and segregated, but not by socially or structurally determined ways of thinking, but by an unconscious narcissistic destructiveness and omnipotent behaviour, which hinder or impede the coexistence of Narcissus with everything that is not your mirror.

Keywords: Emotional experience. Narcissism. Object relations. Otherness. Racism.

Referências

Almeida, S. L. (2019). *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.

Costa, P. J. (2010). *A mente primitiva: Um estudo conceitual a partir da produção psicanalítica escrita* [Tese de Doutorado em Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. doi:10.11606/T.47.2010.tde-26072010-093311

Freud, S. (1969). Psicologia de grupo e análise do ego. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 18, pp 91-125). Rio de Janeiro: Imago.

Miller, J., & Garran, A. M. (2008). *Racism in the United States: Implications for the Helping Professions*. Belmont: Thompson Brooks/Cole.

Minerbo, M. (2013). *Neurose e não neurose* (2a ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Ogden, T. (1989). The structure of experience. In T. Ogden, *The primitive edge of experience* (pp. 9-46). Northwale: Jason Aronson.

Rasmussen, B., & Salhani, D. (2010). A contemporary kleinian contribution to understanding racism. *Social Service Review*, 84(3), 491-513.

Rosset, T. (24 de setembro de 2013). 'Tom e Jerry' sai do Cartoon Network por ser 'politicamente incorreto'; fãs do desenho protestam na web. *Veja SP*. https://vejasp.abril.com.br/blog/pop/8216-tom-e-jerry-8217-sai-do-cartoon-network-por-ser-8216-politicamente-incorreto-fas-do-desenho-protestam-na-web/?fbclid=IwAR2n_TE9251PFzVzlrzc60Zhrs7BCOLQkitLinFzKbgof7zHGz2YBeD56XA

Segal, H. (1998). De Hiroshima à Guerra do Golfo e depois: Expressões sociopolíticas de ambivalência. In H. Segal, *Psicanálise, Literatura e Guerra: Artigos 1972-1995* (pp. 167-177). Rio de Janeiro: Imago.

Rosenfeld, H. (1988). Abordagem psicanalítica no tratamento da psicose. In H. Rosenfeld, *Impasse e interpretação: Fatores terapêuticos e antiterapêuticos no tratamento psicanalítico de pacientes neuróticos, psicóticos e fronteiros* (pp. 51-59). Rio de Janeiro: Imago.

Tyson, P. (1993). *Teorias psicanalíticas do desenvolvimento: Uma integração*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Varvin, S. (1995). Genocide and ethnic cleansing. Psychoanalytic and social-psychological viewpoints. *Scandinavian Psychoanalytic Review*, 18(2), 192-210.

Copyright © Psicanálise – Revista da SBPdePA
Revisão de português: Mayara Lemos

Recebido em: 24/03/2021

Aceito em: 29/04/2021

Marco Aurélio Crespo Albuquerque
Rua Miguel Tostes, 201 / 1010
90430-060 – Porto Alegre – RS – Brasil
E-mail: marcoalbuquerque@me.com